



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação EAD Lato Sensu

Direito penal e processo penal contemporâneo

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	3
4. Critérios de Seleção	3
5. Justificativa do curso	4
6. Objetivos do curso.....	4
7. Competências e habilidades do curso.....	4
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
9. Estágio Não Obrigatório	Erro! Indicador não definido.
10. Matriz Curricular	8
11. Carga Horária.....	8
12. Conteúdo Programático	9
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	25

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito penal e processo penal contemporâneo

Grande área do CAPES: Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação CAPES: Direito

Área do Conhecimento CAPES: Direito Penal (60102020) e Direito Processual Penal (60102039)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 1000

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso se destina a Advogados, defensores públicos, promotores de justiça, magistrados e demais operadores jurídicos que atuem na área criminal; Profissionais de nível superior que atuem ou pretendam atuar em órgãos públicos, em empresas privadas que prestem serviços ou que façam parcerias com órgãos governamentais, em organizações do terceiro setor, movimentos sociais ou mesmo no ensino superior; servidores públicos e profissionais da área de Justiça, Segurança Pública, Polícia e Penitenciárias que objetivem iniciar e aprofundar estudos acerca do fenômeno criminal.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital

(inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

O dinamismo das ciências criminais exige um curso de pós-graduação que o acompanhe, com corpo docente qualificado e preparado para a necessária abordagem das questões polêmicas, que clamam por novas propostas oriundas da comunidade acadêmica. Desta forma, se propõe um curso inédito, onde se reúnem os maiores nomes do Direito Penal e Processual Penal brasileiro.

6. Objetivos do curso

Aprofundar os conhecimentos específicos no campo das ciências penais, propiciando ampla visão sistêmica da área e aperfeiçoamento dogmático. Qualificar profissionais para a prática de disciplinas ligadas ao Direito Penal.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Visão crítica dos problemas envolvendo a área das Ciências Penais e questões interdisciplinares das diversas ciências envolvidas buscando tratativas que melhor atendam o cidadão e a coletividade.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).

- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo

integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso em conjunto com o professor orientador e também do Departamento de Estágios, devendo conter os seguintes dados:

- I. matrícula regular especificando o semestre;
- II. disciplinas ou habilidades imprescindíveis ao seu desenvolvimento;
- III. atividades a serem desenvolvidas;
- IV. supervisor de campo;
- V. seguradora e apólice de seguro;
- VI. bolsa-auxílio ou contraprestação;
- VII. auxílio-transporte;
- VIII. período de realização;
- IX. período (s) de recesso; e
- X. carga horária diária e semanal.

A orientação de estágio curricular pelo Departamento de Estágios deverá ser realizada por meio de orientação indireta mediante relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio, além da utilização das tecnologias de informação e comunicação para contato das partes envolvidas.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Teoria Geral do Delito e Principiologia Constitucional	0h	40h	40h
Culpabilidade, concurso de agentes e punibilidade	0h	40h	40h
Tutela penal dos bens jurídicos individuais	0h	40h	40h
Tutela penal dos bens jurídicos supraindividuais	0h	40h	40h
Criminalidade Econômica e Organizada	0h	40h	40h
Processo Penal Constitucional	0h	40h	40h
Competência, instrução e incidentes processuais	0h	40h	40h
Medidas cautelares e Procedimentos Criminais	0h	40h	40h
Ferramentas Impugnativas e decisão judicial	0h	40h	40h

Hermenêutica jurídica	0h	40h	40h
-----------------------	----	-----	-----

11. Carga Horária

A carga horária de 400h constitui o conteúdo ministrado em 10 (dez) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Teoria geral do delito e principiologia constitucional

Ementa: Princípios Constitucionais Penais. Evolução das Ideias Penais. Teorias da Conduta. Teoria do Tipo Penal e Tipicidade Material. Teoria da Imputação Objetiva. Tipo Subjetivo e Erro. Antijuridicidade.

Conteúdo Programático 1: Princípios Constitucionais Penais

Conteúdo Programático 2: Tipicidade penal

Conteúdo Programático 3: Ilícitude

Conteúdo Programático 4: Causas excludentes da ilícitude

Bibliografia Básica:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal. Volume 1. Ed. Saraiva Jur, 2018.
- COSTA, José de Faria. Linhas de direito penal e de filosofia, Coimbra: Coimbra Ed., 2005.
- D'AVILA, Fabio Roberto. Ofensividade em Direito Penal, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- FIANDACA, Giovanni; MUSCO, Enzo. Diritto Penale. Parte generale, 3.^a ed., reimpressa e atualizada em 1999. Bologna: Zanichelli, 2000.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. Direito Penal. Parte Geral. Tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- LUISI, Luiz. Os princípios constitucionais penais. Porto Alegre: Fabris, 1991.
- MARINUCCI, Giorgio, DOLCINI, Emilio. Corso di Diritto Penale. Le norme penali: fonti e limiti di applicabilità. Il reato: nozione, struttura e sistematica. 3.^a edição. Milano: Giuffrè Editore, vol. 1, 2001.

- PALAZZO, Francesco. Valores constitucionais e Direito Penal. Tradução Gérson P. dos Santos. Porto Alegre: Fabris, 1989.

Demais referências:

-BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus, 1983.

ASÚA, Luiz Jiménez. Tratado de Derecho Penal, 3. ed. Buenos Aires: Losada, 1964.

- COSTA, José de Faria. Noções Fundamentais de Direito Penal. 3. ed., Coimbra: Coimbra Ed. 2012.

- GOMES, Luiz Flávio. Princípio da ofensividade no Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

- GUARAGNI, Fábio André. As teorias da conduta em direito penal: um estudo da conduta humana do pré-causalismo ao funcionalismo pós-finalista. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

- MUÑOZ CONDE, Francisco. Edmund Mezger e o Direito Penal de seu tempo, trad. de Paulo César Busato, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2005.

- ROXIN, Claus. «Contribuição para a crítica da teoria finalista da acção», in: Problemas Fundamentais de Direito Penal, tradução de Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz, 2. ed., Lisboa : Vega, 1993.

___. «Do limite entre comissão e omissão», in: Problemas Fundamentais de Direito Penal, tradução de Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz, 2. ed., Lisboa : Vega, 1993.

- TAVARES, Juarez, As controvérsias em torno dos crimes omissivos, Rio de Janeiro : Instituto Latino-Americano de Cooperação Penal, 1996.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral arts 1º a 120. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.

CARVALHO, Salo; DUARTE, Evandro Piza. Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais. São Paulo: Saraiva, 2017.

ESTEFAM, André. Direito Penal: parte geral arts. 1º a 120. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal: parte geral (arts. 1º a 120). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.

GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. São Paulo: Saraiva, 2018.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. Manual de Direito Penal: parte geral. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schimitt. Lições Fundamentais de Direito Penal: parte geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

OLIVÉ, Juan Carlos Ferré; PAZ, Miguel Ángel Núñez; OLIVEIRA, William Terra; BRITO, Alexis Couto. Direito Penal brasileiro: parte geral, princípios fundamentais e sistema. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual Esquemático de Criminologia. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

RAIZMAN, Daniel. Manual de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2019.

Disciplina: Culpabilidade, concurso de agentes e punibilidade

Ementa: Culpabilidade e sua evolução histórica. Causas excludentes da culpabilidade. Punibilidade. Teoria do Domínio do Fato.

Conteúdo Programático 1: Evolução histórica da culpabilidade

Conteúdo Programático 2: Causas excludentes da culpabilidade

Conteúdo Programático 3: Concursos de pessoas e teoria do domínio do fato

Conteúdo Programático 4: Punibilidade e suas causas de extinção

Bibliografia Básica:

- ASSIS TOLEDO, Francisco de. Princípios básicos de direito penal. São Paulo: Saraiva. 1994.

- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

- BINDING, Karl. La culpabilidad en derecho penal. Trad. Manuel Cancio Meliá. Buenos Aires: Editorial B de F, 2009.

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal. Volume 1. Ed. Saraiva Jur, 2018.

- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. Direito Penal brasileiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

Demais referências:

- BRUNO, Anibal. Direito penal. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1956.
- BUSTOS RAMÍREZ, Juan. Manual de derecho penal. Parte geral. Barcelona: Ariel Derecho, 1989.
- CAMARGO, A. L. Chaves. Culpabilidade e reprovação penal. São Paulo: Sugestões Literárias, 1994.
- CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Direito penal. Parte geral. Curitiba: Lumen Juris, 2006.
- DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito Penal Parte Geral: questões fundamentais à doutrina geral do crime. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- _____. O Problema da Consciência da Ilcitude em Direito Penal. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.
- GARCEZ, Walter de Abreu. Curso básico de direito penal. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1972.
- JAKOBS, Gunther; MELIÁ, Manuel Cancio. Direito penal do inimigo: noções e críticas. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- REALE JUNIOR, Miguel. Teoria do delito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- ROXIN, Claus. A culpabilidade e sua exclusão no direito penal. Trad. Luís Greco. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: v. 46, 2004.
- TANGERINO, Davi. Apreciação crítica dos fundamentos da culpabilidade a partir da criminologia. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- ANDREUCCI, Ricardo. Manual de Direito Penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.
- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral arts 1º a 120. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.
- ESTEFAM, André. Direito Penal: parte geral arts. 1º a 120. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal: parte geral (arts. 1º a 120). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 1.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. Manual de Direito Penal: parte geral. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schimitt. Lições Fundamentais de Direito Penal: parte geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

OLIVÉ, Juan Carlos Ferré; PAZ, Miguel Ángel Núñez; OLIVEIRA, William Terra; BRITO, Alexis Couto. Direito Penal brasileiro: parte geral, princípios fundamentais e sistema. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAIZMAN, Daniel. Manual de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2019.

CAMPOS, Pedro Franco. THEODORO, Luis Macedo Mileo. BECHARA, Fábio Ramazzini. ESTEFAM, André. Direito Penal Aplicado. 6ª edição. 2019. Saraiva.

Disciplina: Tutela penal dos bens jurídicos individuais

Ementa: Crimes contra a Pessoa. Crimes contra a Dignidade Sexual. Crimes contra o Patrimônio. Crimes contra a Administração Pública.

Conteúdo programático 1: Crimes contra a Pessoa (Homicídio, Lesão corporal, crimes contra a honra).

Conteúdo programático 2: Crimes contra a Dignidade Sexual.

Conteúdo programático 3: Crimes contra o Patrimônio.

Conteúdo programático 4: Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia Básica:

ANDREUCCI, Ricardo. Manual de Direito Penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: dos crimes contra a pessoa. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Arts. 155 a 212) crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Arts. 213 a 311-A) crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 4.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Arts. 312 a 359-H e Lei n. 10.028/2000) crimes contra a administração pública e crimes praticados por prefeitos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 5.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte especial arts. 121 a 212. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte especial Arts. 213 a 359-H. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

ESTEFAM, André. Direito Penal: parte especial arts. 121 a 234-B. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.

ESTEFAM, André. Direito Penal: Parte especial arts. 235 a 359-H. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

Demais referências:

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal: parte especial (arts. 121 a 183). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 2.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal: parte especial (184 a 359-H). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 3.

BARBOSA, Licínio. Dos crimes hediondos. Estudos jurídicos em homenagem a Manoel Pedro Pimentel. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

FRANCO, Alberto Silva. Sobre a não recepção da reincidência pela Constituição Federal de 1988. Breves anotações em Direito Penal da atualidade. Estudos em homenagem ao Prof. Jair Leonardo Lopes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Disciplina: Tutela penal dos bens jurídicos supra individuais

Ementa: Crimes Ambientais. Crimes Eleitorais. Abuso de Autoridade e Estatuto do Desarmamento. Crimes cibernéticos.

Conteúdo Programático 1: Crimes ambientais e a responsabilidade da Pessoa Jurídica

Conteúdo Programático 2: Crimes Eleitorais

Conteúdo Programático 3: Abuso de autoridade e Estatuto do Desarmamento

Conteúdo Programático 4: Crimes Cibernéticos

Bibliografia Básica:

ANDREUCCI, Ricardo. Legislação Penal Especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Legislação penal especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. V. 4.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. Crimes Ambientais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MACIEL, Kátia Ferreira Lobo Andrade (Coord). Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo, Saraiva: 2019.

MARCÃO, Renato. Crimes Ambientais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCÃO, Renato. Crimes de trânsito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ZAPATER, Maíra. Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2019.

Demais referências:

BRUNO. Aníbal. Direito penal: pena e medida de segurança. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

FERRAJOLI, Luigi. A pena em uma sociedade democrática. Tradução Carlos Arthur Hawker Costa. In: INSTITUTO CARIOCA DE CRIMINOLOGIA. Discursos sediosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Sociedade do risco e direito penal: uma avaliação de novas tendências político-criminais. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

Disciplina: CRIMINALIDADE ECONÔMICA E ORGANIZADA

Ementa: Direito Penal Econômico: Globalização e Macrocriminalidade, Compliance e Lei anticorrupção. Crimes Licitatórios. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Ordem Tributária e Lavagem de Capitais. Organizações Criminosas e Meios Ocultos de Investigação e Prova

Conteúdo programático 1: Direito Penal Econômico: Globalização e Macrocriminalidade.

Conteúdo programático 2: Compliance e Lei anticorrupção.

Conteúdo programático 3: Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Ordem Tributária e Lavagem de Capitais

Conteúdo programático 4: Organizações Criminosas

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal Econômico. Volumes 1 e 2. Saraiva.

BITENCOURT, Cezar Roberto. BREDI, Juliana. Crimes contra o sistema financeiro nacional e mercado de capitais. 3ª edição. Saraiva.

RASCOVSKI, Luiz. Entrega Vigiada. São Paulo. Saraiva.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime Organizado. 6ª edição. Atlas.

WEBER, Ariel Barazzetti. CALLEGARI, André Luis. Lavagem de Dinheiro. 2ª edição. Atlas.

Demais referências:

PRADO, LUIZ REGIS. Direito Penal Econômico. 8ª edição. Gen.

SOUZA, Marllon. Crime Organizado e Infiltração Policial. Atlas.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime de Lavagem de dinheiro. 4ª edição. Atlas.

SÉRIE FGV LAW. Direito penal Econômico. 1ª edição. Saraiva.

Disciplina: Processo penal constitucional

Ementa: Princípios Constitucionais do Processo Penal. Garantismo e sistemas de investigação: instrumentalidade garantista do Processo Penal. Sistemas de investigação preliminar no Processo Penal. Objeto e grau de cognição. Forma dos atos: oralidade e escritura; publicidade e segredo; eficácia probatória; produção antecipada de provas. Situação jurídica do sujeito passivo e direito de defesa. Sistema global e sistema interamericano de Direitos humanos.

Conteúdo Programático 1: Princípios Constitucionais do Processo Penal

Conteúdo Programático 2: Garantismo e sistemas de investigação: instrumentalidade garantista do Processo Penal. Objeto e grau de cognição. Forma dos atos: oralidade e escritura; publicidade e segredo; eficácia probatória; produção antecipada de provas.

Conteúdo Programático 3: Ação Penal. Conceito. Espécies. Princípios aplicados. Situação jurídica do sujeito passivo e direito de defesa.

Conteúdo Programático 4: Convenção Americana de Direitos Humanos

Bibliografia Básica:

BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES JR., Aury. Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MESSA, Ana Flávia. Curso de direito processual penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard. Direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. Processo Internacional de Direitos Humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PRADO, Geraldo. PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório: A conformidade constitucional das leis processuais penais. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

Demais referências:

FERRAJOLI, Luigi. Derecho y razón. Trad. Perfecto Andrés Ibañez e outros. 7 ed. Madrid: Trotta, 2005.

GIACOMOLLI, Nereu José. O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica. São Paulo: Atlas, 2014.

___ . O processo penal contemporâneo em face do consenso criminal: Diálogos corrompidos e persistência no monólogo vertical. In: Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos. Ruth Maria Chittó Gauer (Org.). 2 ed., rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

___ . A fase preliminar do processo penal. Crises, misérias e novas metodologias investigatórias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Pacto de San José da Costa Rica. 2 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Presunção de Inocência: Princípio e Garantias. In: Escritos em homenagem a Alberto Silva Franco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

KHALED JR, Salah H.. Ambição de verdade no processo penal. (Desconstrução hermenêutica do mito da verdade real). Salvador: JusPodivm, 2009.

MELCHIOR, Antonio Pedro. O juiz e a prova: o sinthoma político do processo penal. Curitiba: Juruá, 2013.

MORAES, Maurício Zanoide de. Presunção de Inocência no Processo Penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ROSA, Alexandre Moraes da; SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. Para um processo penal democrático: Crítica à metástase do sistema de controle social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

Disciplina: Competência, instrução e incidentes processuais

Ementa: Competência criminal; Questões prejudiciais; Procedimentos incidentais; Provas em espécie;

Conteúdo Programático 1: Competência Criminal

Conteúdo Programático 2: Questões Prejudiciais

Conteúdo Programático 3: Procedimentos incidentais

Conteúdo Programático 4: Provas

Bibliografia Básica:

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Nulidades no processual penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES JR., Aury. Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MESSA, Ana Flávia. Curso de direito processual penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. Processo Internacional de Direitos Humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquematizado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Demais referências:

RANGEL; Paulo. Direito Processual Penal. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. v. 1.

DI GESU, Cristina Carla. Prova penal e falsas memórias. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PICÓ I JUNOY, Joan. O juiz e a prova: estudo da errônea recepção do brocardo 'iudex iudicare debet secundum allegata et probata, non secundum conscientiam' e sua repercussão atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. Provas no processo penal. São Paulo. Gen, 2019.

Disciplina: Medidas cautelares e procedimentos criminais

Ementa: Medidas cautelares; Prisão em flagrante; Prisão preventiva; Prisão temporária; Outras medidas cautelares diversas da prisão; Cautelares em espécie; Procedimento comum; Procedimento comum ordinário; Procedimento comum sumário; Procedimento comum sumaríssimo; Procedimentos especiais; Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida;

Conteúdo Programático 1: Medidas cautelares; Prisão em flagrante

Conteúdo Programático 2: Prisão preventiva e prisão temporária

Conteúdo Programático 3: Outras medidas cautelares diversas da prisão; Cautelares em espécies

Conteúdo Programático 4: Procedimento comum ordinário; Procedimento comum sumário; Procedimento comum sumaríssimo; Procedimentos especiais; Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida

Bibliografia Básica:

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DELMANTO JR., Roberto. Liberdade e prisão no processo penal: as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES JR., Aury. Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES JR., Aury. Prisões cautelares. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MESSA, Ana Flávia. Curso de direito processual penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. Processo Internacional de Direitos Humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquematizado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Demais referências:

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de proceso penal. Salvador: JusPodivum, 2017.

_____. Nova prisão cautelar – doutrina, jurisprudência e prática. Salvador: JusPodivum, 2014.

SANTOS, M. P. D..O Novo Processo Penal Cautelar - Conforme Lei 12.403/11

RANGEL; Paulo. Direito Processual Penal. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. v. 1.

MOREIRA, R. A. . Curso Temático de Direito Processual Penal. 1ª.. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2010. v. 1.

Disciplina: Ferramentas impugnativas e decisão judicial

Ementa: Sentença (Sentença; Noção de sentença; Classificação das sentenças; Fundamentação e estruturas das sentenças; Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos; Coisa julgada e preclusão). Teoria Geral dos Recursos. Recursos Criminais. Ações autônomas de impugnação (Habeas Corpus; Mandado de Segurança; Revisão Criminal)

Conteúdo Programático 1: Sentença

Conteúdo Programático 2: Teoria Geral dos Recursos

Conteúdo Programático 3: Recursos criminais

Conteúdo Programático 4: Ações de Impugnação

Bibliografia Básica:

BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FULLER, Paulo Henrique Aranda; DEZEM, Guilherme Madeira; JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Nulidades no processual penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES JR., Aury. Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARQUES, Ivan Luiz; TASOKO, Marcelle; PAIVA, Rafael; CALDEIRA, Sandro. Prática penal. (Col. Prática Forense). São Paulo: Saraiva, 2019.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Demais referências:

Diniz; VANZOLINI, Patrícia. Prática jurídica Penal. 14. ed. São Paulo: Saraiva 2019.

MESSA, Ana Flávia. Curso de direito processual penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ARAÚJO, F. R. S. ; Távora, N. . Código de Processo Penal para concursos. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016. v. 1.

Disciplina: Hermenêutica jurídica

Ementa: Aplicação, Interpretação e Integração do Direito. Hermenêutica Constitucional. Hermenêutica filosófica: origem, Escolas e conceito de Hermenêutica.

Competências e Habilidades:

- Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.

Conteúdo Programático 1: Aplicação, Interpretação e Integração do Direito. Teorias da Interpretação. Metodologia na Interpretação do Direito. Espécies de interpretação do Direito: interpretação sociologista; culturalista; raciovitalista; tópico-retórica; neocontratualista; funcionalista; substancialista; discursivo-procedimental; neoconstitucionalista; pela teoria crítica do Direito; pública autêntica; judicial; administrativa; privada ou doutrinal; lógica; valorativa; declarativa; extensiva; restritiva; literal; histórica; sistemática; sociológica e teleológica. Interpretação do Direito e a principiologia jurídica. Interpretação do Direito: restrição; extensão; analogia. Interpretação do Direito e a Jurisprudência. Integração do Direito e as lacunas jurídicas. Antinomias do ordenamento jurídico. Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados.

Conteúdo Programático 2: Hermenêutica Constitucional. Backlash e a Hermenêutica Jurídica. Casos difíceis (hard cases). Derrotabilidade das regras (defeasibility). Principiologia da Hermenêutica Jurídica.

Conteúdo Programático 3: Hermenêutica Filosófica: origem, Escolas e conceito de Hermenêutica. A origem da Hermenêutica. A Hermenêutica de Friedrich Schleiermacher. A Hermenêutica de Wilhelm Dilthey. A Hermenêutica de Martin Heidegger. A Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. A Hermenêutica de Michel Foucault. A Hermenêutica de Paul Ricoeur. A Hermenêutica de Jürgen Habermas.

Bibliografia Básica:

SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LENZA, P. Direito constitucional esquematizado. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARTINS, F. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar:

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Parte II, Cap. 5 "Pós-positivismo e a interpretação do direito principiológico" (inteiro) e Cap. 6 "A principiologia como norte hermenêutico" (inteiro).

REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Cap. XXII "Integração e aplicação do direito", itens 1 e 2 (inteiros).

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.

